

# DIFERENTES RITMOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA: uma análise dos setores metalúrgico e de telecomunicações

Maurício Rombaldi\*

Nas duas últimas décadas do século XX, tanto no Brasil como no exterior, nos setores metalúrgico e de telecomunicações, intensificou-se a presença de empresas transnacionais, multiplicando-se os processos de reestruturação produtiva articulados globalmente. Este artigo analisa a internacionalização de organizações sindicais brasileiras desde os anos 1980 até 2010, partindo do sindicato dos metalúrgicos do ABC, filiado à CUT, e do sindicato das telecomunicações de São Paulo, filiado à Força Sindical. Constatou-se que, nos anos 1980, as relações internacionais eram desenvolvidas fundamentalmente de fora para dentro do país e que, a partir dos anos 2000, os sindicatos nacionais passaram a ser protagonistas na arena global. Contudo, o desenvolvimento de práticas internacionais segue padrões distintos: contextos econômicos setoriais ou entre trajetórias organizacionais implicaram um processo de internacionalização composto por diferentes ritmos e intensidades. Enquanto para os metalúrgicos ele ocorreu de modo orgânico e paulatino, nas telecomunicações ele foi abrupto e reativo.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização. Sindicatos. Metalúrgicos. Trabalhadores em Telecomunicações. Globalização. Empresas Transnacionais.

## INTRODUÇÃO

Potencialidade inédita, a internacionalização do sindicalismo contemporâneo está associada à dinâmica econômica e à capacidade organizacional dos trabalhadores. Em um contexto global, a reestruturação produtiva caracterizou-se pela intensa mobilidade do capital e pelo aumento da presença de empresas transnacionais (ETNs) espalhadas ao redor do planeta. No paradigma produtivo anterior, os sindicatos estavam habituados a negociar com interlocutores nacionais, sejam eles empresas ou governos. Confrontados com novos desafios, no caso dos sindicatos de trabalhadores de telecomunicações e metalurgia, as características internas de suas respectivas organizações e as especificidades econômicas setoriais provocaram distintos ritmos de internacionalização da militância.

A organização dos trabalhadores, no nível internacional, materializa-se em articu-

lações e estratégias estabelecidas para além dos padrões de mobilização e negociação tradicionalmente direcionados para o nível local ou nacional. As ações sindicais internacionais são desenvolvidas de forma bilateral ou por meio de estruturas internacionais que podem ser classificadas em dois grupos principais. O primeiro deles refere-se às *confederações sindicais internacionais*, organizações que filiam internacionalmente as centrais sindicais nacionais. Em seguida, vêm as *federações sindicais internacionais*, entidades de caráter setorial, em que os filiados nacionais correspondem aos sindicatos, federações e confederações relacionadas a determinados setores econômicos.<sup>1</sup> Entre os resultados alcançados por tais organizações, merece destaque a aproximação de sindicatos estabelecidos em diferentes países e o fortalecimento de negociações que acarretaram, por exemplo, o crescente número de

\* Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Departamento de Ciências Sociais. Cidade Universitária, s/n. Cep: 58051-900. Castelo Branco – João Pessoa – Paraíba – Brasil. mauricio.rombaldi@gmail.com

<sup>1</sup> Ambas as organizações direcionam suas ações a organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE). No entanto, são as federações que se constituem como veículo direto para a intervenção junto às empresas transnacionais e o estabelecimento de acordos internacionais.

Acordos Marco Internacionais<sup>2</sup> (AMIs) junto a ETNs.<sup>3</sup>

O presente artigo busca compreender como ocorreu a inserção de organizações sindicais brasileiras em espaços de militância internacional entre os anos 1980 e 2010. Para tanto, foram analisados dois sindicatos emblemáticos. O primeiro é o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo (SINTETEL), filiado à central Força Sindical (FS), único<sup>4</sup> sindicato das telecomunicações diretamente filiado à federação sindical internacional que representa o setor no Brasil, o que demonstra sua proeminência no desenvolvimento de atividades sindicais internacionais. O segundo caso considerado é o do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), ampliado na análise da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e, em certa medida, da central sindical a que ambos estão filiados, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Isso se deve ao fato de que a participação das lideranças das três entidades em espaços internacionais se mostrou articulada. Para a pesquisa, foram analisadas entrevistas realizadas junto a lideranças sindicais e documentação relativa ao tema da internacionalização sindical produzida pelas organizações estudadas ou pelas entidades internacionais a que estão filiadas.<sup>5</sup>

A história do SMABC vincula-se às inovações sindicais brasileiras emergentes na passagem da década de 1970 para a década de 1980,<sup>6</sup> que culminaram na formação da CUT e do Partido dos Trabalhadores, bem como, cabe sublinhar, a expressiva relevância desse sindicato no estabelecimento de redes sindicais internacionais no interior da central sindical.<sup>7</sup> A seleção de um sindicato da Força Sindical (FS) se constituiu como um caminho provável na busca de contrastes, polarizações e aproximações no campo sindical,<sup>8</sup> (Bourdieu, 1989, p.134) já que, fundada no ano de 1991, ela surgiu para o cenário político nacional explicitando uma suposta rejeição à polarização entre direita e esquerda, em que se mirava a CUT como vinculada a certo tipo de “radicalismo estéril” (Rodrigues; Cardoso, 1993, p. 21).

Nesse contexto, a comparação entre o SMABC e o SINTETEL se faz útil não apenas pelas vantagens de uma reflexão relacional em que se considera a comparação entre sindicatos de orientações políticas distintas, mas, também, pelo fato de que cada um dos dois setores tem se mostrado um *locus* privilegiado para a análise das transformações vivenciadas no mundo do trabalho e os subsequentes desafios enfrenta-

<sup>6</sup> As particularidades do estilo do sindicalismo na região do ABC paulista, nesse período, podem ser percebidas, entre outros exemplos, pela criação das comissões de fábrica na indústria automobilística, pelo questionamento à estrutura sindical corporativa do país e de práticas “combativas” que buscavam contrastar com aquelas desenvolvidas pelos “pelegos”.

<sup>7</sup> Em 2002, a central mantinha apenas três comitês mundiais sindicais dentro dos seus quadros – os comitês das montadoras Mercedes, Volks e Ford. Atualmente, ela conta com mais de cinco experiências subsequentes. Sobre esses últimos comitês, lideranças ligadas à CUT apontam para a influência decisiva daqueles sindicalistas que participaram dos comitês das montadoras no ABC paulista.

<sup>8</sup> Conforme observa Pierre Bourdieu, o mundo social é representado como um espaço multidimensional no qual cada dimensão representa um campo relativamente autônomo caracterizado por princípios de diferenciação ou de distribuição desigual de propriedades apropriadas, que são nada mais do que diferentes espécies de poder ou de capital específico de cada campo. Sendo assim, o *campo* é o espaço onde as posições dos agentes se acham fixadas. Cada campo tem, então, sua própria lógica e hierarquia, sendo que seu princípio se baseia em capitais específicos, que são distribuídos entre os agentes de modo desigual, o que implica a definição de sua estrutura. Caracteriza-se, então, por ser um campo de forças, “um conjunto de relações objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes”.

<sup>2</sup> Os AMIs são realizados entre as federações sindicais internacionais e as empresas transnacionais com o objetivo de estabelecer padrões sociais mínimos a serem adotados de modo uniforme, independentemente dos países em que a empresa esteja instalada.

<sup>3</sup> Sobre a adoção do termo *empresa transnacional* ao invés de *multinacional*, ainda que o segundo pareça apropriado, já que uma mesma empresa está presente em diversos países, o termo versaria apenas em parte sobre as características fundamentais de tais corporações. Por essa razão, se buscará, aqui, utilizar o conceito de empresas transnacionais (ETNs).

<sup>4</sup> O SINTETEL/SP é o único sindicato de base do setor no país que está filiado à UNI. Além dele, a única organização sindical do setor filiada diretamente a ela é a FENATTEL, uma federação de caráter nacional. O vínculo entre SINTETEL e FENATTEL não se resume à filiação desse sindicato à federação nacional, mas também é expresso na composição de cargos, costumeiramente ocupados de modo concomitante entre as duas organizações.

<sup>5</sup> Foram selecionadas lideranças que, de um modo ou de outro, se relacionaram com o ambiente sindical internacional, seja por meio de cargos em secretarias direcionadas ao tema, comitês, redes, federações internacionais ou em cursos e viagens de intercâmbio. Foram analisados eventos sindicais internacionais e acordos entre sindicatos e empresas transnacionais.

dos pelas organizações sindicais. Autores como Castells (1999), por exemplo, têm defendido a tese de que vivenciamos a transição de uma sociedade industrial para outra, informacional, o que implicaria pensar que as telecomunicações significariam, hoje, aquilo que o setor automobilístico representou no passado.

A despeito das particularidades dos dois setores econômicos estudados, diversos pontos em comum podem ser traçados quanto aos processos de internacionalização sindical. Entre os anos 1980 e 2010, as organizações sindicais de ambos os setores caminharam no sentido da renovação de suas práticas por meio de um percurso em que se contrapõem dois momentos sindicais na arena internacional. O primeiro deles refere-se a ações internacionais desenvolvidas *de fora para dentro*, em que sindicatos nacionais são beneficiados por ações de solidariedade sem que haja reciprocidade para com as organizações de outros países. É o caso do recebimento de cartas de apoio, de visitas de lideranças de outros países, de ajuda financeira internacional para atividades locais ou para a realização de intercâmbios por lideranças locais. O segundo refere-se a ações *de dentro para fora*, em que os sindicatos passam a exercer protagonismo internacional ao intervir, de forma mais substantiva, nas políticas estabelecidas por organizações internacionais – em que se destacam a ocupação de cargos nesses espaços e o aumento do valor de cotas de filiação.

Como veremos, a internacionalização sindical desenvolveu-se com diferentes ritmos e características em três momentos que correspondem às três décadas analisadas. O primeiro deles, situado na década de 1980-1990, corresponde ao período da reformulação do sindicalismo brasileiro pós-repressão militar, atrelado à redemocratização do país. É caracterizado como o momento em que a organização de trabalhadores encontrou-se em fase de revitalização, ao passo que o sindicalismo internacional atuou de fora para dentro do país, no sentido de apoiar o fortalecimento das estruturas sindicais nacionais, em especial no caso dos metalúrgi-

cos. Esse apoio, como se observou posteriormente, influenciou o estabelecimento de uma rede de contatos e projetos sindicais internacionais que se ampliou na década seguinte.

O segundo momento ocorre numa década que pode ser considerada crucial para os sindicatos estudados no que diz respeito à alteração do padrão de relações internacionais. Durante os anos 1990, as alterações na conjuntura econômica brasileira, combinadas aos diferentes relacionamentos sindicais internacionais desenvolvidos na década anterior, implicaram uma atuação sindical voltada para o exterior, com diferentes ritmos e características. Nesse período, destaca-se, no caso dos trabalhadores em telecomunicações, a privatização das empresas do setor – quando as estatais passaram para o controle de empresas estrangeiras. No caso dos metalúrgicos, a reestruturação produtiva automobilística foi acompanhada pela percepção sindical de que ocorreria, em São Bernardo do Campo, um processo de fechamento de empresas semelhante ao verificado em outros países. Essa década é considerada, portanto, como um período de transição para um segundo estágio das relações internacionais vivenciadas a partir dos *anos 2000*, quando ocorre a consolidação do desenvolvimento das práticas sindicais internacionais por parte dos sindicatos brasileiros.

## MÉTODOS EM XEQUE: novas potencialidades

Mesmo que seja possível supor a influência da estrutura econômica no desenvolvimento de práticas sindicais internacionais, entende-se infrutífera a espera por correlações inevitáveis ou automáticas. A esse respeito, a literatura sociológica sobre o mundo do trabalho tem, por diversos caminhos, buscado compreender as distintas reações sindicais frente às novas formas assumidas pelo sistema capitalista. De um lado, perspectivas apontam para a incapacidade de os sindicatos se readequa-

rem frente a uma realidade transformada, o que implicaria não apenas a queda da capacidade de mobilização e organização de trabalhadores, mas a sua crise como modelo institucional (Rodrigues, 2002). De outro lado, análises mais otimistas avaliam que o enfraquecimento do poder de barganha de trabalhadores – incapazes de se reorganizarem espacialmente frente à hipermobilidade do capital – não resulta em um desenvolvimento capitalista que testemunhe a sua complacência passiva (Sylver, 2005; Evans, 2014). Nesse ponto de vista, a dinâmica capitalista poderia ter repercutido até mesmo como variável útil à emergência de novas formas de organização em regiões aparentemente domesticáveis aos interesses do capital.

Conforme bem observa Chesnais (1996), a mobilidade do capital possibilitou uma paulatina liberalização e mundialização econômica, o que teria levado a, inclusive, uma sobreposição do capital à autoridade política do Estado nacional. A expansão internacional da produção teria um papel significativo nesse processo, ao se desenvolver, principalmente, por meio do comércio exterior e do aumento dos Investimentos Externos Diretos (IEDs). Conforme observa o autor, as estratégias internacionais do passado, baseadas essencialmente em exportações, passaram a combinar-se com outras atividades transfronteiras, tais como os investimentos externos e o intercâmbio de suprimentos. Nessa toada, fato relevante é que o crescimento do IED<sup>9</sup> (UNCTAD, 2008; 2011) tende a ser acompanhado pela globalização das instituições bancárias e financeiras, que facilita a liberalização das economias nacionais e o transcurso de fusões e aquisições transnacionais.

Isso significa, sobretudo, novas facetas da dinâmica capitalista em termos da organização da produção e de suas contradições no mundo do trabalho. Entre elas, destacam-se a busca empresarial por novos mercados, *green fields* sindicais, reestruturações produtivas in-

ternacionalmente articuladas, ou, até mesmo, pela promoção da competição de produtividade entre empregados de unidades fabris de diferentes países – o que passa a testar a solidariedade entre trabalhadores de distintas localidades (Beynon, 1995). Esses elementos seriam, portanto, determinantes na conformação de um quadro composto pela ampliação de ETNs na economia global, fenômeno expresso, por exemplo, na existência de cerca de 790.000 filiais de ETNs espalhadas em todo o mundo no ano de 2007 (UNCTAD, 2008).

A expansão capitalista, no entanto, não se constitui como um fenômeno homogêneo, mas como uma variedade de configurações que implicaram distintas reações sindicais. Ao realizar a comparação entre o setor de serviços e o manufatureiro, por exemplo, Keida (2006, p. 19) observa que, se, para o primeiro, a globalização não teria causado demissões em grande escala, para o segundo, ela estaria comumente relacionada à perda de empregos em função da possibilidade de migração de empresas entre distintas regiões. Com isso, enquanto o sindicalismo manufatureiro “opositor do livre comércio” teria sido acusado por sindicatos de países em desenvolvimento como “apoiador de um protecionismo disfarçado”, nos serviços, as organizações sindicais não seriam passíveis da mesma crítica. No último caso, o protecionismo não estaria necessariamente vinculado à ideia de manutenção de empregos.

Sobre a variedade de implicações da dinâmica capitalista, autores estariam inclinados à perspectiva da emergência de uma sociedade pós-industrial, composta por formas produtivas e relações de trabalho amplamente transformadas, o que conduziria a uma crise da organização sindical nascida no período moderno e sustentada por uma força de trabalho relativamente homogênea e concentrada nas indústrias. Para Rodrigues (2002), por exemplo, as características da sociedade contemporânea, direcionada cada vez mais a tornar-se uma sociedade de serviços, estariam intimamente relacionadas à queda, em nível global,

<sup>9</sup> Para observar o expressivo crescimento do IED na economia global durante as últimas três décadas, ver.

da proporção de trabalhadores sindicalizados e das taxas de greve nas últimas décadas do século XX. Segundo ele, a diminuição de tais índices seria forte indício de um declínio inenarrável das instituições sindicais.

Assim como em estudo anterior, em que se avaliaram as estratégias sindicais internacionais no setor da construção voltadas para a superação de limitações impostas pela fragmentação sindical nacional no Brasil (Rombaldi, 2014), a presente análise se contrapõe à de Rodrigues por considerar que mudanças exógenas, como as de caráter macroeconômico ou político, podem não apenas contribuir para a desestabilização das lógicas sindicais desgastadas, mas também para o florescimento de iniciativas organizativas. Ao mesmo tempo em que empresas se desterritorializam – ao se distribuírem, por exemplo, ao redor do planeta em busca de novos mercados e formas de organização produtivas mais lucrativas –, elas também podem oferecer mapas corporativos integrados e passar estabelecer vínculos entre trabalhadores geograficamente dispersos. Com isso, Evans (2010) observa que a emergência do capitalismo globalizado também significa o surgimento de incentivos à organização internacional de trabalhadores. Segundo ele, as corporações transnacionais se tornam alvos em comum, o que facilitaria não apenas a criação de campanhas sindicais globais, mas também a realização do “velho sonho da transcendência frente às identidades locais e aos limites nacionais” (Evans, 2010, p. 353). Sendo assim, a encruzilhada estabelecida entre o declínio dos sindicatos e a busca pela capacidade de adaptação nos leva a compreender, aqui, a existência de uma *crise de um modelo específico de sindicatos* e que, portanto, as organizações nacionalmente estabelecidas teriam a potencialidade de se reajustar em face de diferentes ambientes.

## GERMINANDO PRÁTICAS SINDICAIS INTERNACIONAIS NO BRASIL

No Brasil, a combinação entre as mudanças na conjuntura político-econômica e as particularidades das experiências das organizações sindicais foi determinante na internacionalização das práticas dessas entidades. A partir da década de 1990, essa conjugação de fatores se estabelece por meio de um contexto de liberalização econômica que ofereceu condições para a intensificação do ingresso de capital estrangeiro ou de reestruturações produtivas que assumiram diferentes características nas telecomunicações e na metalurgia. No primeiro caso, a internacionalização sindical ocorre como reação ao abrupto ingresso de ETNs no final dessa década. No segundo, as práticas internacionais se evidenciam em função da combinação entre as novidades produtivas adotadas em empresas estrangeiras que já estavam no país e os contatos sindicais internacionais em curso desde o começo dos anos 1980.

Peculiaridades históricas de caráter político-econômico implicaram a constituição de perspectivas essencialmente nacionais por parte dos sindicatos latino-americanos até a década de 1980. Segundo Castro e Wachendorfer (1998), antes dessa década, as práticas sindicais foram caracterizadas como “voltadas para dentro”, em função de variáveis como o revezamento entre governos autoritários e democráticos na América Latina ou a adoção de lógicas protecionistas que dificultavam as relações comerciais dos países da região. Para eles, a mudança rumo à ampliação de uma perspectiva “voltada para fora” corresponde, justamente, à correlação entre a abertura econômica e a redemocratização da região. Ao incorporar a dimensão contextual quanto aos governos latino-americanos em sua análise, os autores desenvolvem o argumento de que a correlação entre transformações de ordem econômica que rumam a lógicas globalizadas e o desenvolvimento de práticas sindicais interna-

cionais não pode ser considerada uma correspondência unívoca.

No Brasil, o começo dos anos 1980 chamava a atenção dos sindicatos do hemisfério norte pela emergência do “novo sindicalismo”,<sup>10</sup> proeminente, sobretudo, no setor automobilístico do ABC paulista. Com grandes mobilizações de caráter eminentemente contestatório, esse movimento contrastava com o enfraquecimento sindical experimentado no norte em termos da queda das taxas de greve e dos índices de sindicalização<sup>11</sup> Rodrigues (2002). Nos anos 1990, o quadro de integração regional de instituições político-econômicas e a abertura econômica brasileira se mostraram favoráveis à internacionalização sindical no país, por impactarem na forma como os sindicatos conceberiam seu papel em termos de estratégias e pautas de negociação. Entre as evidências desse movimento, a integração dos Estados latino-americanos promovida pela conformação do MERCOSUL – com estruturas temáticas para o desenvolvimento da integração regional e uma agenda oficial de debates sobre temas relativos à produção e às relações de trabalho – constituiu-se como um espaço em que se buscou a consolidação de princípios de ação internacional das centrais sindicais da região.<sup>12</sup>

Nas entrelinhas de um contexto marcado por profundas transformações relativas à redução da intervenção estatal como agente regulador – quando empresas públicas passaram ao domínio privado por meio de medidas liberalizantes que visavam à abertura do mercado brasileiro à concorrência estrangeira (Anderson, 1995; Cardoso, 2003) –, questionava-se em que medida tais fenômenos afetariam os sindicatos e se eles poderiam restringir suas

estratégias às fronteiras nacionais. Nos anos 2000, o amadurecimento das relações sindicais internacionais, promovidas em décadas anteriores, e a abertura econômica brasileira somaram-se à internacionalização de empresas do país rumo ao exterior, propiciando um novo estágio à organização dos trabalhadores.

## INTERNACIONALIZAÇÃO SINDICAL NAS TELECOMUNICAÇÕES

No nível internacional, o setor de telecomunicações caracterizou-se historicamente pela predominância de empresas monopólicas com capital de natureza estatal ou privada. Essa característica justificava-se tanto pela necessidade de grandes investimentos como pela dificuldade de compatibilização técnica entre sistemas de nível nacional. A reestruturação do setor, iniciada com a quebra desses monopólios<sup>13</sup> (Larangeira, 1998), foi impulsionada, então, pela articulação entre uma opção ideológica sobre o papel do Estado, a existência de uma *demand reprimida*<sup>14</sup> por serviços de telecomunicações, bem como pelo surgimento de novas tecnologias que tornaram os sistemas de transmissão mais baratos, despertando o interesse de possíveis competidores (Larangeira, 1998).

No Brasil, a inserção de corporações transnacionais se deveu à substituição das estatais nas privatizações do sistema Telebrás, em 1998. Esse quadro alterou não apenas o perfil dos trabalhadores do setor<sup>15</sup> (Rombaldi, 2008), mas modificou um contexto estável para sindicalistas que focavam suas negociações em um

<sup>13</sup> O movimento de quebra de monopólios no setor de telecomunicações foi iniciado em 1978, nos Estados Unidos, com a entrada da *Microwave Communications Inc.* no mercado de longa distância do país.

<sup>14</sup> Embora, para alguns, essa demanda reprimida pode ser considerada como o fruto da incapacidade de as empresas estatais de telecomunicações ampliarem seus serviços, para outros, o crescimento dessa demanda não é resultado da ineficiência estatal, mas sim da falta de investimentos, motivada como preparação de uma justificativa para a necessidade das privatizações.

<sup>15</sup> A partir das privatizações, o perfil dos trabalhadores do setor de telecomunicações foi amplamente modificado: eles se tornaram mais jovens, mais escolarizados, com menores salários e tempo de permanência no emprego.

<sup>10</sup> Ver Rodrigues (1999).

<sup>11</sup> Com referência à queda dos índices de sindicalização na Europa nos anos 1980, ver o amplo levantamento de dados sobre o tema.

<sup>12</sup> Entre outros fatores, isso pode ser observado, por exemplo, na elaboração de uma articulação denominada Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), que, impulsionada pela Organização Interamericana de Trabalhadores (ORIT), potencializou a convergência de posições sindicais frente aos regimes autoritários e ao próprio MERCOSUL.

interlocutor bem conhecido, como no caso da TELESP. A partir disso, o sindicato passou por mudanças que ocorriam na mesma velocidade da reestruturação do setor. Renovaram-se os perfis dos dirigentes sindicais, bem como as estratégias de negociação e mobilização para o setor e, principalmente, produziram-se distintos olhares e práticas frente às novas dinâmicas das telecomunicações (Rombaldi, 2008).

Antes das privatizações do setor no Brasil, nos anos 1980, as relações internacionais desempenhadas pelo SINTETEL não se desenvolveram a ponto de desencadear a intensificação de estratégias rumo ao exterior nas décadas seguintes. Pelo contrário, a reduzida experiência sindical acumulada em espaços internacionais, nessa década, implicou uma internacionalização sindical iniciada apenas no final dos anos 1990, justificada pela perspectiva de que era necessário reagir às novas imposições provenientes da onda de privatizações.

A preponderância de práticas sindicais nacionais no setor de telecomunicações pode ser compreendida, aqui, pela conjugação de três fatores principais. Inicialmente, até o final dos anos 1990, as telecomunicações – diferentemente do setor metalúrgico – eram caracterizadas pelo monopólio estatal, o que tornava a presença de ETNs no país quase inexistente. Em segundo lugar, não há indícios de uma influência significativa das práticas internacionais das centrais sindicais brasileiras às quais o SINTETEL esteve filiado – Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e Força Sindical (FS) – no desempenho de suas práticas internacionais. Por fim, a ausência de relações bilaterais substantivas tornou pouco provável que o sindicato, na chegada dos anos 1990, estivesse previamente direcionado para a promoção de estratégias diferentes daquelas voltadas para a negociação e a articulação local.

Tradicionalmente, o envolvimento do SINTETEL com organizações sindicais internacionais ocorreu por meio da filiação<sup>16</sup> junto

<sup>16</sup> A data da filiação do sindicato à federação internacional do setor é tão antiga que não foi possível encontrar

ao IPCTT / IC, o que, posteriormente, passou a ser denominado Internacional das Comunicações (IC) e, finalmente, após a fusão com outros setores no ano de 2000, ganhou o nome de UNI Sindicato Global. Até as privatizações, os contatos internacionais desenvolvidos pelo sindicato eram duplamente restritivos. De um lado, eles se davam quase exclusivamente a partir do relacionamento com as Federações Sindicais Internacionais (FSIs) do setor, e não de forma bilateral, em conjunto com sindicatos de outros países. De outro, ocorriam por meio de cursos de formação e de reuniões internacionais, concentrados quase exclusivamente na participação do presidente do sindicato ou de algumas poucas lideranças que se destacavam no interior da organização.

Sobre a influência das centrais sindicais nos espaços de militância global, Anner (2003, p. 605) observa que a FS não desenvolvera, até o final dos anos 1990, negociações diretas junto às matrizes de empresas estrangeiras, tampouco experimentara a construção de comissões de fábrica como as da indústria automobilística brasileira – a exemplo de experiências alemãs. Isso condiz com as informações obtidas a partir das entrevistas realizadas, no sentido de que a atuação da central no ambiente internacional não esteve vinculada à projeção internacional do SINTETEL por meio de negociações ou estratégias de organização. Um sinal do reduzido peso da central na internacionalização do sindicato, por exemplo, reside no fato de que, ainda que a FS tenha promovido o intercâmbio entre lideranças do SINTETEL junto a centrais sindicais de França, Itália e Israel, não foi constatado o desenvolvimento de nenhuma negociação ou campanha internacional.

Até o final desse período, tais circunstâncias contribuíram para que o SINTETEL tivesse um papel distante daquele que se espera de um protagonista na arena internacional:

documentos com o registro do início exato do vínculo. A informação não foi conseguida com exatidão mesmo com as entrevistas realizadas com presidente e ex-presidentes do SINTETEL, que estiveram no comando da entidade de 1981 até os dias atuais.

uma atuação propositiva, em que se ocupam os espaços políticos e se utilizam ferramentas internacionais para influenciar negociações de caráter local. Pelo contrário, as duas décadas não estiveram relacionadas à paulatina constituição de alianças estratégicas e contatos internacionais que pudessem implicar ações articuladas posteriormente.

No momento em que se iniciava o desenvolvimento das privatizações no Brasil, os sindicatos do setor explicitavam sua resistência a tais mudanças em função de críticas existentes quanto às consequências experimentadas em outros países.<sup>17</sup> Fato consumado com a entrada de inúmeras empresas estrangeiras<sup>18</sup> por meio de processos licitatórios para a compra de empresas estatais e do subsequente desenvolvimento de fusões e aquisições, a partir dos anos 2000, a perspectiva da internacionalização sindical passou a vigorar com maior força no SINTETEL. As privatizações apareciam, nesse momento, como o estopim do desenvolvimento da lógica sindical que se direcionava a horizontes internacionais.

Após 1998, a composição do setor passou a ser acompanhada por novas lógicas de negociação trabalhista. Enquanto as estatais de telecomunicações serviam como uma espécie de eixo estável, a partir das privatizações, estruturaram-se referenciais fragmentados que seguiam a especificidade das empresas ingressantes no país. Um exemplo dessa nova realidade pode ser observado pela celebração, em 2010, de mais de cento e trinta acordos coletivos entre o SINTETEL e empresas do respectivo setor econômico, apenas do Estado de São Paulo. Outra novidade que emerge dessa conjuntura diz respeito ao estabelecimento de negociações com empresas cujas matrizes esta-

vam situadas no exterior.

Nesse momento, chama a atenção o fato de que o relacionamento com empresas estrangeiras que ingressavam no Brasil passou a ser constituído sem que houvesse experiências prévias de articulação sindical internacional. As lideranças brasileiras desconheciam tanto as empresas estrangeiras quanto os sindicalistas que atuavam em suas respectivas matrizes. Segundo dirigentes do SINTETEL, a primeira reunião com a *Telefônica* foi realizada em 1997, na Espanha. A partir de uma convocação feita pela empresa, e não pelos sindicatos, o encontro teve como objetivo debater sobre os impactos previstos para os trabalhadores em função da ampliação dos negócios da empresa para fora do país.

Isso já sinalizava para avanços em termos de negociações que haviam recrudescido junto à TELESP nos anos anteriores à sua privatização. A primeira reunião oficial no Brasil entre sindicalistas locais e o presidente mundial da *Telefônica* desenvolveu-se no ano seguinte. A importância desse evento foi relatada pelas lideranças brasileiras porque foi apenas a partir do primeiro encontro, no exterior, que representantes da transnacional espanhola no Brasil passaram a aceitar reunir-se junto ao SINTETEL.

Apesar do resultado, esse caráter inicial das negociações para o estabelecimento de reuniões entre a *Telefônica* e o SINTETEL demonstrava a entrada tardia no exercício de relações internacionais sindicais. Tais relações passaram a ganhar fôlego apenas a partir dos anos 2000, com a criação de grupos internacionais que visavam a aglutinar os sindicatos de ETNs e monitorar Códigos de Conduta internacionais e a acentuação do relacionamento junto da FSI do setor, que se desenvolveu com o aumento do pagamento de cotas de filiação e a inserção de lideranças brasileiras em cargos no interior da organização.

Nesse quadro, em 1999, destaca-se a criação do primeiro grupo internacional de sindicatos de uma mesma empresa, do qual o SINTETEL participaria, abrindo um novo pe-

<sup>17</sup> Na época das privatizações, o SINTETEL apresentou uma proposta de plataforma pública que fazia críticas aos modelos de privatizações que estariam sendo implementados no Brasil.

<sup>18</sup> A entrada de empresas estrangeiras nas telecomunicações brasileiras após as privatizações pode ser observada por meio de empresas tais como a *Telefônica* (Espanha), Telecom Itália, Portugal Telecom, Telmex (México) e outras.

ríodo para a entidade em termos de relações internacionais, o *Grupo Ibero-americano de Trabalhadores da Telefônica* (GITT) – que mais tarde passaria a se chamar *Grupo Aliança*<sup>19</sup>. Nas reuniões do Grupo Aliança, as organizações com maiores dificuldades para financiar suas viagens foram custeadas pela empresa – como no caso dos sindicatos peruanos e chilenos. Também, sob as expensas da empresa, estariam custos de logística, como traduções e parte da alimentação durante os encontros. Esse apoio oferecido pela empresa indica não apenas o relativo interesse em manter um relacionamento com os sindicatos, como também a relativa dependência deles em relação a ela.

Anualmente, o grupo reúne lideranças sindicais que representam os trabalhadores da empresa na matriz e em suas subsidiárias espalhadas ao redor do mundo junto ao presidente mundial da Telefônica. Segundo os sindicalistas entrevistados, o Grupo Aliança proporcionou relativa aproximação de organizações sindicais de diversos países por meio de um canal institucionalizado que previa a solução de demandas relativas às práticas da empresa nos diversos países. Ainda assim, a fragmentação das negociações continuou a ser observada tanto no Brasil como no exterior.

A esse respeito, lideranças do SINTETEL adotam uma perspectiva otimista quanto a possíveis contribuições que negociações articuladas internacionalmente poderiam trazer às negociações de caráter nacional. Os sindicalistas do Grupo Aliança sublinham o significativo poder de influência da *Telefônica* sobre os parâmetros de negociação estabelecidos junto às empresas subcontratadas, o que passou a constituir pauta de discussão das reuniões. Se o Grupo Aliança, portanto, surge em uma conjuntura de negociações fragmentadas entre os diferentes países em que a *Telefônica* está presente, ele também serve como espaço para ne-

gociações que visam a influenciar aquelas realizadas nacionalmente com as subcontratadas.

Como resultado dessa rede de sindicatos, em março de 2001, foi assinado o primeiro Código de Conduta internacional junto à Telefônica. Desde então, o acordo tem sido objeto de uma série de controvérsias entre dirigentes sindicais dos diferentes países do grupo. Para as lideranças brasileiras, o ajuste serviu para melhorar o relacionamento com a empresa. Para organizações de outros países, como as mexicanas, o código de conduta é visto como um acordo insuficiente para atender às demandas dos trabalhadores da empresa. Segundo o depoimento de uma liderança da UNI, no entanto, de modo geral, o comportamento entre a Telefônica e os sindicatos teria sido alterado positivamente a partir da assinatura do acordo. Isso seria visível até mesmo no que diz respeito à federação internacional, que passou a ser recebida pela gerência da empresa em determinados países apenas após a implementação do código das reuniões do Grupo Aliança.

A expansão da participação do SINTETEL nos espaços internacionais também foi observada com o significativo aumento do pagamento de cotas de filiação à UNI e com a concomitante ascensão de lideranças do sindicato a cargos internacionais. A partir dos anos 2000, o sindicato brasileiro saiu de uma posição pouco representativa na lista de organizações pagadoras da federação internacional para tornar-se um dos maiores pagadores do setor, junto de argentinos e mexicanos. Da mesma forma, as práticas internacionais, que antes se restringiam à participação do presidente do sindicato em atividades promovidas pela FSI, após as privatizações, passaram a envolver outros dirigentes que também começaram a ocupar cargos internacionais.

Entre as posições ocupadas, destaca-se a *Diretoria Regional para o setor de Telecomunicações, Postal e Logística*, assumida em 2006, no escritório regional da UNI no Panamá<sup>20</sup>; o

<sup>19</sup> Na segunda metade dos anos 2000, com a expansão da empresa para fora da América Latina, esse grupo passou a compreender sindicatos de mais de 20 países, entre eles Inglaterra, Suécia e a República Tcheca. A partir disso, o grupo passou a se chamar *Grupo Aliança*.

<sup>20</sup> Cargo ocupado pela sindicalista ex-secretária da mulher do SINTETEL, Cénise Monteiro.

cargo de *Membro Titular no Comitê UNI Américas Jovem*,<sup>21</sup> em 2004, e a suplência no *Comitê Mundial de Mulheres da UNI*, em 2008.<sup>22</sup> O presidente do sindicato também passou a acumular diversos cargos que não eram alcançados anteriormente, entre eles o de *Vice-presidente para o setor de Telecomunicações da UNI-Américas* – mandatos de 2004 e 2008 –, e de presidente e vice-presidente do *Comitê Regional Executivo da UNI-Américas* –, respectivamente, entre 2005 e 2007 e entre 2007 a 2012. Ele também foi membro titular executivo do comitê mundial da UNI, com mandato exercido no intervalo entre 2010 e 2014.

## INTERNACIONALIZAÇÃO SINDICAL NOS METALÚRGICOS

Ao contrário da experiência nas telecomunicações, a década de 1980 foi de suma importância para a internacionalização sindical metalúrgica. Nesse período, iniciaram-se contatos, alianças e intercâmbios que influenciariam a forma e a velocidade do amadurecimento de práticas sindicais internacionais nas décadas seguintes. Do mesmo modo, o vínculo orgânico entre SMABC, CNM e CUT foi determinante no desenvolvimento de uma internacionalização paulatina, que ocorreu em meio à abertura, à desregulamentação e à estabilização da economia brasileira vivenciadas nos anos 1990. A articulação entre essas organizações sindicais pode ser constatada pela influência das lideranças do ABC na composição dos quadros sindicais da CNM e da CUT.<sup>23</sup>

As grandes greves ocorridas no ABC a

partir do final dos anos 1970 levaram diversos sindicatos e centrais europeias a manifestarem solidariedade aos brasileiros em declarações de apoio, contatos com as sedes das ETNs na Europa ou visitas ao Brasil. Em termos do desenvolvimento de políticas de relações internacionais entre os metalúrgicos, nos anos 1980, esses contatos coincidiam com o momento em que a CUT buscou promover o seu projeto sindical no exterior e elaborar as primeiras diretrizes de atuação internacional (Costa, 2005, p. 151-152).

Embora a militância sindical internacional desse período fosse incipiente, segundo uma liderança cutista, “o debate que estava ocorrendo sobre a redemocratização que ocorria em todo o mundo<sup>24</sup> ajudava a sensibilizar para o que estava acontecendo por aqui”. Conforme observa Kjeld Jakobsen, ex-secretário de relações internacionais da CUT, algumas relações internacionais se fortaleciam junto a organizações sindicais europeias e outras, vinculadas à Igreja Católica. Segundo ele, alguns desses relacionamentos chegaram a ser estabelecidos antes mesmo da fundação da CUT, a partir de uma série de debates sobre a redemocratização no Brasil.

A passagem dos anos 1990 para os anos 2000 significou o desenvolvimento da institucionalização da participação internacional metalúrgica. No início dos anos 1990, a fundação da CNM e a sua entrada na esfera internacional, via filiação, na Federação Internacional de Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas (FITIM)<sup>25</sup> serviram para que as lideranças do SMABC tivessem um espaço de canalização e promoção de relações internacionais. Por meio da FITIM e dos comitês mundiais de ETNs, foram estabelecidas diversas ações de cooperação e negociações de AMIs. Foi durante a década de 1990, como período de *transição*,

<sup>24</sup> Em especial, ele se refere, aqui, aos casos latino-americanos de Chile, Paraguai, Nicarágua e outros.

<sup>25</sup> No ano de 2012, as FSI, FITIM e ICEM (setores químico, de energia, de minas e outros), além da FITTVC (setores têxtil e do vestuário), desenvolveram um processo de fusão que implicou a formação de uma organização multisetorial chamada Industriall.

<sup>21</sup> Cargo ocupado pela sindicalista diretora da secretaria da mulher e do departamento de jovens do SINTETEL, Maria Edna Medeiros.

<sup>22</sup> Cargo ocupado pela sindicalista vice-presidente do SINTETEL Cristiane do Nascimento.

<sup>23</sup> Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro, Carlos Grana e Paulo Cayres são ex-metalúrgicos do ABC que também atuaram como presidentes da CNM. A influência das lideranças do ABC na CUT pode ser observada a partir dos quadros de ex-presidentes da central, como os ex-metalúrgicos do ABC: Jair Meneguelli, Vicente Paulo da Silva e Luiz Marinho.

portanto, que a internacionalização dos metalúrgicos se tornou parte de uma agenda que se *consolidaria* nos anos 2000.

Como resultado de um processo histórico iniciado no século XX, as empresas automobilísticas se internacionalizaram na busca por novos mercados, investimentos e pela reorganização da produção. Nos anos 1990, no Brasil, intensificou-se um ambiente de conexão internacional na esfera da organização produtiva a partir das novas estratégias adotadas no setor – entre elas, os contratos de fornecimento global, e não apenas nacional (Conceição, 2001, p. 193). A este respeito, Conceição (2001) observa que a história da indústria automobilística mundial teve as décadas de 1980 e 1990 como um período significativo quanto à busca pela competitividade perdida pelas grandes empresas estadunidenses e europeias nas décadas anteriores, quando empresas japonesas ampliaram sua participação na produção mundial de veículos.

Basicamente, segundo o autor, as companhias ocidentais trataram de reproduzir as práticas e os métodos implementados por empresas orientais,<sup>26</sup> ainda que houvesse adaptações em função das especificidades nacionais. Inserido nesse ambiente, o Brasil, segundo ele, teve, nos anos 1980, uma década caracterizada pela inserção da indústria automotiva nacional no mercado internacional mediante o aumento das exportações. Os anos 1990, por outro lado, foram marcados pela exposição dessa indústria à concorrência com produtos importados.

Nos anos 1980, a internacionalização metalúrgica foi iniciada por meio de contatos que se refletiram nas articulações sindicais das décadas seguintes. Um exemplo foi a criação do grupo de trabalho *Solidariedade Internacional* na fábrica da Volkswagen em Wolfsburg, na Alemanha, em 1982. Na experiência, foram organizados seminários e intercâmbios que levaram sindicalistas brasileiros para aquele

país. Segundo as lideranças metalúrgicas, o estabelecimento desses contatos serviu como base para que, posteriormente, os brasileiros se articulassem com os alemães em negociações com a empresa.

Gray (2009, p. 72) aponta nesse mesmo sentido, ao afirmar que as relações estabelecidas entre SMABC e o sindicato alemão IG Metall foram especialmente importantes para os brasileiros. O autor sustenta que o sistema alemão de conselhos de empresa e de representação de fábrica foi referência para as estratégias que seriam adotadas na Volkswagen e na Mercedes-Benz no Brasil, como o caso da formação das comissões de fábrica. Em 1985, justamente o ano da criação da comissão de fábrica da Mercedes, ocorre o chamado “ato de solidariedade dos trabalhadores da fábrica alemã”, que envolveu a visita de sindicalistas estrangeiros às lideranças brasileiras do SMABC. Ainda assim, naquele período, tais manifestações de apoio eram, conforme classifica um ex-secretário de relações internacionais da CNM, “muito mais ‘atos de solidariedade’ por conta das greves que aconteciam, do que uma coisa de organizar, de tentar buscar outros níveis de negociação”.

A partir dos anos 1990, inicia-se uma nova etapa na internacionalização dos trabalhadores metalúrgicos. Logo no começo da década, de modo quase simultâneo, tanto a CNM como a CUT passaram a estar formalmente filiadas a federações e confederações sindicais internacionais. Em 1992, no mesmo ano em que a CUT se filia a ORIT, o 2º Congresso da categoria metalúrgica cutista transformou-se não apenas no evento fundador da confederação,<sup>27</sup> mas também na reunião que deliberaria pela filiação à Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, a FITIM.

Isso significou a entrada em uma fase de institucionalização das relações internacionais

<sup>26</sup> Entre eles, os métodos do tipo *just-in-time*, *kanban*, as células de produção e os grupos de trabalho semiautônomo.

<sup>27</sup> Os metalúrgicos foram a primeira categoria a organizar-se, enquanto ramo, no interior da CUT. Inicialmente em um congresso em 1989, fundou-se o Departamento Nacional dos Metalúrgicos da CUT que posteriormente, no segundo congresso, se transformou em Confederação Nacional.

metalúrgicas que era orgânica, pois articulava os diferentes níveis da organização metalúrgica: o sindicato, a confederação e a central. Esse processo diferenciava-se daquele ocorrido nas telecomunicações, em que não se identificou a influência da central na internacionalização do sindicato. Essa diferença entre os dois setores também se consolidou nas opções pelo estabelecimento de vínculos com as organizações de fora do país. Nas telecomunicações, tanto o sindicato de base – o SINTETEL – como a federação nacional – a FENATEL – são filiados diretamente à UNI, mantendo um duplo canal de acesso à FSI. No caso das relações internacionais do SMABC, elas se dão essencialmente por meio de contatos bilaterais, e não a partir de filiações junto a organismos internacionais, que foram deixados sob a batuta da CNM e da CUT.

Para os trabalhadores metalúrgicos, nos anos 1990, a internacionalização também esteve vinculada ao receio do deslocamento da indústria automobilística do ABC para outras regiões do país, seja em função de políticas de incentivos fiscais, pela possibilidade de oferecimento de menores salários<sup>28</sup> (Ramalho; Santana, 2006), seja pelo suposto baixo nível de competitividade dos sindicatos de outras localidades. O temor de que o ABC viesse a se tornar uma *Detroit brasileira*<sup>29</sup> exigiu, não apenas uma transformação nas formas de negociação que eram desenvolvidas,<sup>30</sup> mas implicou a busca por soluções nas sedes das montadoras no exterior, por meio de comitês e redes sindicais de empresas como Mercedes-Benz, Volks e Bosch, entre outras.

Nessa conjuntura, Anner (2003) avalia que esse período representou um momento de

transição para o sindicalismo cutista, o qual, por meio de visitas de contato a sindicatos e matrizes das ETNs, passou a ter acesso a informações sobre as transformações ocorridas em outros países. Mais especificamente, o autor refere-se à visita de brasileiros aos Estados Unidos em junho de 1991, em um momento em que a Ford havia comunicado sua intenção de fechar uma divisão da fábrica de São Bernardo, o que deixava incertezas quanto à possibilidade de que a empresa também viesse a deixar o país.

Segundo o autor, a resposta imediata do sindicato frente a tais incertezas esteve inicialmente vinculada àquelas características da década anterior: uma greve, que contou com o apoio dos governos locais. Passados 23 dias de mobilizações, no entanto, chegou-se à conclusão de que elas haviam falhado em reverter a decisão da empresa. A partir disso, o presidente do SMABC na época tomou uma decisão inédita para os padrões estratégicos do sindicato, quando decidiu viajar aos Estados Unidos com o intuito de negociar diretamente com a matriz da Ford.

As relações com o sindicato *United Autoworkers* (UAW) não eram fortes naquela época; no entanto, a entidade estadunidense auxiliou no estabelecimento da reunião. Segundo Anner (2003, p. 620), nesse encontro, a empresa afirmara estar priorizando empregos nos EUA e considerava a economia brasileira nebulosa, o que tornava o desenvolvimento da produção em países como o Canadá e o México mais interessante. Frustradas as negociações, nessa mesma ocasião, os dirigentes do UAW levaram os visitantes a um passeio pela cidade de Detroit, uma cidade conhecida por sua grande capacidade industrial. Os brasileiros se depararam com um grande número de fábricas fechadas e, a partir disso, ficaram receosos de que essa realidade também pudesse se repetir em São Bernardo do Campo. Sobretudo, percebia-se que as estratégias locais de mobilização já não eram suficientes para negociar com ETNs e as tentativas internacionais estavam apenas começando.

<sup>28</sup> Um exemplo disso é o dos trabalhadores do sul fluminense, polo automobilístico emergente do contexto de deslocamento do setor. Esses trabalhadores, em média, recebem remunerações inferiores àquelas ganhas pelos operários da região do ABC.

<sup>29</sup> Referência ao êxodo de empresas que ocorreu nos anos 1980, nessa cidade americana, em função da crise do setor automobilístico.

<sup>30</sup> Rodrigues (1997) sublinha uma transformação nas estratégias de negociação do ABC que passaria de um tipo mais conflitivo para outro, denominado pelo autor como “confrontação negociada”.

A passagem dos anos 1990 para os anos 2000 foi marcada pela avaliação dos metalúrgicos de que havia a necessidade de suas lideranças desenvolverem competências que permitissem a integração brasileira em um ambiente internacional. A intensificação da participação brasileira em fóruns internacionais e o estabelecimento de projetos de cooperação sindical decorreram da filiação da CNM à FITIM e explicitaram a necessidade do fomento de capacidades internacionais por parte de dirigentes que participariam de atividades políticas diversas ou de captação e execução de projetos<sup>31</sup> junto a cooperantes internacionais.

A compreensão metalúrgica sobre a necessidade de que lideranças brasileiras adquirissem experiências e competências específicas demandadas pelo ambiente internacional já passava a ser expressa na década de 1990, quando se desenvolvia a negociação entre o SMABC e a Mercedes-Benz. Até o final dessa década, embora não sejam observados resultados substantivos quanto às negociações internacionais, a participação de lideranças brasileiras em cursos de formação sindical, congressos e negociações internacionais foi ativa. Chama a atenção o resultado da negociação salarial realizada em 1995, quando foram incluídos acordos relativos ao apoio da empresa para a viagem de sindicalistas metalúrgicos à matriz da empresa na Alemanha, bem como para o financiamento do aprendizado do idioma alemão para uma liderança, o que permitiria a melhora no acesso a informações da empresa.

Outro aspecto referente à promoção do desenvolvimento de habilidades internacionais que merece destaque se refere ao apoio da CNM no financiamento e na articulação da cooperação de atividades de intercâmbio para lideranças metalúrgicas. Nesses programas, os brasileiros eram recebidos pelos sindicatos

anfitriões no exterior, tinham aulas do idioma local e vivenciavam experiências sindicais em países como Canadá, Alemanha e Espanha. Viava-se, assim, a ampliar não apenas o domínio de línguas, mas também as redes de contatos sindicais e as experiências que comporiam um *savoir faire* internacional, entendido como certo tipo de capital cultural, nesse caso, um *capital internacional*<sup>32</sup> Dezalay (2004).

Ainda que a inserção no espaço sindical internacional fosse realizada por lideranças que desenvolveram competências específicas, o protagonismo institucional nas FSI's está umbilicalmente vinculado ao pagamento de cotas de filiação. Tal importância se deve ao fato de que as cotas de filiação estão, de um modo geral, estatutariamente relacionadas à quantidade de votos em instâncias decisórias, mas possibilitam certa independência financeira para a execução de projetos e administração das organizações internacionais.

No caso brasileiro, o aumento no pagamento de cotas de filiação à FITIM foi paulatino ao longo dos anos 2000 e esteve vinculado ao incremento das receitas da CNM, tendo em vista sua regularização.<sup>33</sup> O aumento dos recursos pagos pela confederação à FITIM pôde ser observado por meio da multiplicação em cerca de dez vezes dos valores pagos no ano de 2011, em comparação aos valores pagos no início da década. Outro aspecto significativo do papel desempenhado pela CNM no ambiente internacional refere-se a uma definição política interna da confederação que prevê o uso de parte de seu orçamento com projetos de cooperação a serem desenvolvidos junto a sindicatos da América Latina.

Segundo o depoimento de lideranças metalúrgicas que ocupam cargos internacionais, foi a partir disso que os brasileiros da

<sup>31</sup> Entre tais projetos, destacam-se aqueles direcionados a áreas de organização e política sindical, juventude, raça, gênero, construção de redes, por meio de relações estabelecidas junto ao IF Metall da Suécia, CAW do Canadá, FM/CCOO da Espanha, USW dos EUA/Canadá, Centro de Solidariedade da AFL-CIO dos EUA, FES da Alemanha, entre outros.

<sup>32</sup> Sobre capitais internacionais que estariam vinculados à formação de elites internacionalizadas, ver Dezalay.

<sup>33</sup> Até o começo dos anos 2000, a confederação oficial dos trabalhadores metalúrgicos era a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), filiada à Força Sindical. A partir do começo dos anos 2000, um acordo foi estabelecido entre a CNTM e a CNM para que a segunda fosse reconhecida pelo Estado.

CNM passaram a adquirir um novo *status* político no âmbito das relações internacionais. Em termos objetivos, esse *status* também se refletiu, a partir dos anos 2000, no acesso à ocupação de funções internacionais por parte de sindicalistas brasileiros. Entre elas, destaca-se a posição de *Membro do Conselho Mundial de Administração* da Daimler-Chrysler,<sup>34</sup> de *Coordenador de Projetos* na FITIM em seu escritório regional, em Montevidéu,<sup>35</sup> e de *Secretário Geral Adjunto* da FITIM na sede mundial em Genebra.<sup>36</sup>

Nos anos 2000, uma série de tratativas sindicais começou a ser desenvolvida com maior intensidade pelos metalúrgicos brasileiros junto a ETNs, seja por meio da consolidação de grupos de trabalho iniciados nos anos 1990, seja pelo estabelecimento de articulações de trabalhadores em outras empresas. Constitui um exemplo o desenvolvimento de atividades em conjunto com o IG Metall, que culminou na formação do *Comitê Mundial de Trabalhadores da Mercedes Benz* no ano 2000 e na assinatura do *Marco Internacional de Princípios de Responsabilidade Social* em 2002. Além disso, uma série de experiências de articulação sindical internacional envolveu a participação ativa dos metalúrgicos brasileiros. Destaca-se, por exemplo, a atuação dos brasileiros nos conflitos entre a *Gerdau Ameristeel*, situada em Beaumont, Texas, Estados Unidos, e o sindicato USW, em função da denúncia de demissões ilegais no ano de 2005. Nesse caso, os sindicalistas dos dois países realizaram demonstrações públicas de apoio por meio de cartas de solidariedade, petições e visitas de lideranças brasileiras à unidade estadunidense. Essas ações, apesar de não terem alcançado resultados esperados, implicaram a

criação do *Conselho Mundial de Trabalhadores da Gerdau* em novembro do ano seguinte (Gray, 2009, p. 116).

Por fim, um exemplo recente das estratégias de articulação sindical como a vivenciada na Gerdau relaciona-se aos protestos organizados no Salão Internacional do Automóvel de São Paulo<sup>37</sup> de outubro de 2014 por metalúrgicos da CNM e de outras organizações brasileiras em conjunto com lideranças estadunidenses. Nesse caso, a manifestação ocorreu em função de denúncias de práticas antissindicais e de más condições de trabalho na fábrica da Nissan em Canton, Mississippi, nos Estados Unidos.<sup>38</sup> Essa ação foi a primeira a ser realizado no Salão do Automóvel e se soma às experiências anteriores, dando sinais de um sindicalismo internacional que busca, mesmo em diferentes ritmos, influenciar na regulação das relações de trabalho de forma ativa e solidária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a irrupção de uma série de movimentos sociais com demandas *pós-materialistas* nas décadas de 1960 e 1970 na Europa, muito se tem questionado sobre qual o futuro dos sindicatos. Tais dúvidas ganharam ainda mais força quando passaram a se intensificar a globalização econômica e a desestruturação de uma classe operária referenciada pela organização fordista da produção. Nesse contexto, autores como Beaud e Pialoux (2009) têm observado as implicações das transformações produtivas nas diferentes visões de operários e suas lideranças sobre os sentidos do trabalho bem como seus desdobramentos no engajamento e desengajamento político. Entendendo

<sup>34</sup> Cargo ocupado desde 2008 por Valter Sanchez. A importância da posição nesse conselho paritário – composto pela mesma proporção de trabalhadores e acionistas da empresa – reside no fato de que, em tal espaço, se estabelecem debates sobre as estratégias a serem adotadas pela empresa.

<sup>35</sup> Cargo de assistente do Representante Regional para a América Latina – ocupado desde 2008 por Marino Vani.

<sup>36</sup> Cargo de Secretário Geral Adjunto na FITIM – ocupado desde 2007 por Fernando Lopes.

<sup>37</sup> O Salão Internacional do Automóvel de São Paulo é realizado desde 1960 e, tendo amplo impacto na imprensa brasileira, serve como espaço para que montadoras nacionais e estrangeiras apresentem suas últimas novidades para o setor.

<sup>38</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1541497-funcionarios-da-nissan-dos-eua-fazem-protesto-no-salao-do-automovel.shtml>. Acesso em 02/12/2014.

tal pluralidade de significações do trabalho é que a compreensão sobre o destino do sindicalismo relaciona-se à reflexão sobre a capacidade de suas lideranças se adaptarem à contemporaneidade, repensando-a no sentido de atualizar pautas e estratégias. A internacionalização sindical surge, nesse contexto, como uma janela de oportunidades para a dinamização de práticas ainda ancoradas no plano nacional.

A análise apresentada neste artigo evidencia que nem todas as oportunidades estruturais se consolidam como práticas militantes. Em outras palavras, nem todo processo de globalização econômica conduz necessariamente à internacionalização sindical. Pelo contrário, a ação sindical para além das fronteiras nacionais desenvolve-se em diferentes ritmos e velocidades. A comparação entre as telecomunicações e a metalurgia nos permite afirmar que as transformações econômicas não significaram uma entrada sindical homogênea e imediata na arena de militância global.

Identificou-se a passagem entre uma etapa em que os sindicatos eram receptores de ações de solidariedade internacional, nos anos 1980, para outra em que eles passaram a ter um papel mais ativo, nos anos 2000. A passagem entre esses dois momentos ocorreu em diferentes ritmos e características. Os anos 1990 significaram o período de transição rumo a práticas sindicais internacionais mais ativas. Para os metalúrgicos, essa década é marcada pela consolidação paulatina de aproximações iniciadas nos anos 1980, de forma articulada entre SMABC, CNM e CUT. Nas telecomunicações, a falta de uma tradição de intercâmbio sindical internacional nos anos 1980 faz da internacionalização sindical um processo menos orgânico – desarticulado das iniciativas da Força Sindical – e mais reativo. Para eles, é somente após as privatizações de 1998 e a subsequente entrada de empresas transnacionais no país que o SINTETEL passa a se orientar ativamente para o exterior. Os anos 2000 correspondem ao momento de consolidação da militância internacional nas organizações ana-

lisadas. As organizações estudadas passam a estabelecer redes sindicais de empresa, a contribuir significativamente com o pagamento de cotas de filiação às FSIs e a exercer políticas bilaterais destinadas ao apoio a trabalhadores de outros países. Nos dois setores, sindicalistas começam a ocupar posições internacionais, ainda que os metalúrgicos tenham alcançado um maior número de cargos internacionais em postos mais altos de FSIs. Em ambos os setores, sobretudo, demonstram-se mudanças naqueles referenciais sindicais que estavam voltados, essencialmente, para a esfera nacional.

Sendo assim, ainda que se tenham observado movimentos de internacionalização heterogêneos, eles foram confluentes na *abertura de uma perspectiva sobre os rumos da militância sindical brasileira que passa a rumar ao exterior*. Talvez seja prematuro afirmar que, de um modo geral, exista uma tendência à internacionalização das práticas sindicais brasileiras. No entanto, a ocupação do cargo de secretário geral da Confederação Sindical Internacional (CSI) por um ex-presidente da CUT em 2014, e da *Industriall*, por um metalúrgico do SMABC em 2016, tem dado mostras de que a internacionalização das práticas sindicais já está constituída, ao menos, como um novo horizonte para a superação de dificuldades enfrentadas no ambiente nacional.

Recebido para publicação em 16 de março de 2015  
Aceito em 07 de junho de 2016

## REFERÊNCIA

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANNER, M. *Industrial structure, the state, and ideology: shaping labor transnationalism in the Brazilian auto industry*. *Social Science History*, [S.l.], v. 27, n. 4, p. 603-634, 2003.
- BEAUD, S.; PIALOUX, M. Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2009. cap.7-8.
- BEYNON, H. *Trabalhando para Ford: trabalhadores e*

- sindicalistas na indústria automobilística. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- CARDOSO, A. M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.
- CASTRO, M. S. P. de.; WACHENDORFER, A. *O sindicalismo do MERCOSUL trajetória e perspectivas na ampliação comercial hemisférica*. 1998.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONCEIÇÃO, J. *As fábricas do ABC no olho do furacão: a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia automotiva nos anos 1990*. 2001. 224 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul - IMES), São Caetano do Sul, 2001.
- COSTA, H. A. A política internacional da CGTP e da CUT: etapas, temas e desafios. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 71, p. 141-161, 2005.
- DEZALAY, Y. Les courtiers de l'international. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, [S.l.], n. 151-152, 2004.
- EVANS, P. National labor movements and transnational connections: global labor's evolving architecture under neoliberalism. *Global Labour Journal*, Berkeley, v. 5, n. 3, p. 258-282, Sept. 2014.
- \_\_\_\_\_. *Is it labour turn to globalize? Twenty-first century opportunities and strategic responses*. *Global Labour Journal*, Berkeley, v.1, 2010.
- GRAY, C. W. *Metalúrgicos sem fronteiras: building a global union at Gerdau*. 2009. Tese (Doutorado) - Cornell University, New York, 2009.
- KEIDA, M. S. *Globalizing solidarity: explaining differences in U.S. Labor Union Transnationalism*. 2006. Dissertation (Mestrado) - Miami University, Oxford, OH, 2006.
- RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Orgs.) *Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- RODRIGUES, I. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: SCRITTA/ Fapesp, 1997.
- RODRIGUES, I. J. (Org.) *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- RODRIGUES, L. M. *Destino do sindicalismo*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- RODRIGUES, L. M.; CARDOSO, A. M. *Força sindical: uma análise sócio-política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- ROMBALDI, M. A copa de 2014 e os trabalhadores da construção: estratégias globais, mobilizações locais. *Revista da ABET*, São Paulo, v. 13, p. 184-198, 2014.
- \_\_\_\_\_. Mudanças, continuidades e descompassos entre o mundo do trabalho e o perfil das lideranças sindicais em telecomunicações. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, v. 130, p. 182-201, 2008.
- SYLVER, B. J. *Forças do Trabalho: movimento de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- TARROW, S. *The new transnational activism*. Cambridge University Press: New York, 2005.
- UNCTAD. *World investment report 2008: transnational corporations and the Infrastructure Challenge*, 2008.
- \_\_\_\_\_. *World investment report 2011: non-equity modes of international production and development*. 2011.

**DIFFERENT RHYTHMS IN THE BRAZILIAN  
INTERNATIONALIZATION OF TRADE  
UNIONS: an analysis of metallurgical and  
telecommunication industries**

*Maurício Rombaldi*

In the last two decades of the 20th century, in Brazil as well as in other countries, the presence of transnational companies in the metallurgical and in the telecommunication industries has intensified, multiplying the processes of articulated productive restructuring globally. This article analyzes the internationalization of Brazilian trade union organizations since the 1980's until 2010, ranging from the metallurgical trade union of the ABC region in the Greater São Paulo, affiliated to CUT (Central Única dos Trabalhadores – Unified Workers' Central), and the telecommunication union of São Paulo, affiliated to *Força Sindical* (Union Force). It was verified that in the 1980's, the international relations were developed from outside to inside the country, but in the 2000's Brazilian trade unions had become protagonists in the global scenario. Nevertheless, the development of international practices follows distinct parameters: sectorialized economic contexts or between organizational paths implied in a process of internationalization composed of different rhythms and intensities. While in metallurgical sector this process occurred gradually and in an organic way, in the telecommunication it was abrupt and reactive.

**KEYWORDS:** Internalization. Unions. Metallurgical. Telecommunication workers. Globalization. Transnational companies.

**LES DIFFERENTS RYTHMES DE  
L'INTERNATIONALISATION BRÉSILIENNE:  
une analyse des secteurs de la métallurgie et des  
télécommunications**

*Maurício Rombaldi*

Au cours des deux dernières décennies du XXe siècle, la présence d'entreprises transnationales s'est intensifiée et les processus de restructuration productive, articulés au niveau mondial, se sont multipliés autant au Brésil qu'à l'étranger. Cet article analyse l'internationalisation des organisations syndicales brésiliennes de 1980 à 2010, à partir du syndicat des métallurgistes de la région ABC, affilié à la CUT et du syndicat des télécommunications de Sao Paulo, affilié à la Force Syndicale. On a pu constater que, dans les années 1980, les relations internationales se développaient essentiellement du dehors vers le dedans du pays et, qu'à partir des années 2000, les syndicats nationaux sont devenus protagonistes sur la scène mondiale. Toutefois le développement des pratiques internationales accompagne des modèles différents: des contextes économiques sectoriels ou des trajectoires d'organisation supposant un processus d'internationalisation composé d'intensités et de rythmes différents. Alors que pour les métallurgistes ce développement s'est fait de manière organique et progressive, dans le domaine des télécommunications il a été brusque et réactif.

**MOTS-CLÉS:** Internationalisation. Syndicats. Métallurgistes. Travailleurs du secteur de la télécommunication. Mondialisation. Entreprises transnationales.

**Maurício Rombaldi** – Doutor em sociologia. Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Sob o enfoque da intersecção entre cultura e política, tem como linha de pesquisa análises sobre globalização, relações de trabalho e sindicalismo. Em especial, destacam-se estudos sobre a relação entre a internacionalização sindical e a regulação do trabalho nos níveis nacional e internacional, bem como sobre as práticas desempenhadas por agentes sociais durante os preparativos de megaeventos esportivos no Brasil e no exterior. Como experiência profissional, ressalta-se a coordenação de projetos voltados a organismos internacionais e à promoção de convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Publicações recentes: *A Copa de 2014 e os trabalhadores da construção: estratégias globais, mobilizações locais*. Revista da ABET (Impresso), v. 13, p. 184-198, 2014; *Militantes sob a sombra do presente*. Cadernos CERU (USP), v. 20, p. 189-204, 2009; *Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical*. Pro-Posições (UNICAMP. Impresso), v. 20, p. 93-112, 2009.

